

VIDAS ROUBADAS: PROBLEMAS DE GÊNERO E SEXUALIDADES PASSAM PELO SILÊNCIO DA ESCOLA

Rafaella de Sousa Silva

Universidade de São Paulo/ Universidade Federal de Campina Grande/rafaellasousa@usp.br

RESUMO

Esse artigo visa uma possível negociação entre os mundos que envolvem escola e comunidade para minimização de violências de gênero que explodem em números e realidades doloridas, marcando corpos de mulheres e LGBTs. É uma proposta que vai na contramão da “Escola *com* Partido” e das narrativas retrógradas que vem atacando conquistas legais e políticas sociais que envolvem a escola em debates de inclusão e respeito as diversidades. Nesse sentido é um texto de fala, que denuncia constructos culturais que estão como véu de naturalizações sobre os papéis sociais que meninos e meninas, homens e mulheres, seguem (fogem) para se (des) encaixarem em padrões heteronormativos. Para tanto, traz a cena dois casos de forte repercussão social envolvendo sequenciais estupros de uma garota de 14 anos, praticados pelo próprio pai, e o assassinato hediondo de um jovem de 17 anos pela própria mãe, que não aceitava seus traços femininos e sua fala fina ao dizer-se gay, para refletirmos a partir dessas vidas jovens que foram *roubadas*, um possível canal de denúncia, acolhimento e importância da escola tanto para desconstrução de preconceitos de gênero, quanto no espaço fortuito para mudar histórias trágicas como essas, a partir do conhecimento sobre o próprio corpo em sua potência de escolhas e vida, negociando com a historicidade presente na construção de discursos de raça, classe, gênero e sexualidades.

PALAVRAS-CHAVE: Escola, Gênero e Silêncio.

1 Introdução

Esse texto se posiciona contra o silêncio que cerceia o espaço escolar quanto às questões de gênero e sexualidades em tempos de Escola *com* Partido. Esta paródia¹ faz referência a articulações de propostas que se dizem apartidárias, tem ganhado espaço dentro de inúmeros debates educacionais, e ataca de forma mais enfática o que denominam por “ideologias de gênero” e partidárias, com colocações rasas, por vezes se utilizando de cunho religioso, para pensar formas de se organizar e viver a educação laica no Brasil, nova paródia já pronta pelo antagonismo, que põe em cheque estudiosos, discursos, e práticas que se alinham ao respeito a diversidade e laicidade do estado brasileiro, presente na constituição desde 1891. Com isso, a pretensão é mostrar como a partir de histórias cruas e doloridas, esse silenciamento, ou tentativa de mordança nessas discussões dentro da escola, cenário de forte impacto intersubjetivo na formação do sujeito, também se torna parte do número alarmante de

¹ Referência ao Programa “Escola sem Partido”. Para mais ver: <https://www.programaescolasempartido.org/>.

violências sofridas por minorias sociais das mais diversas, mas tem elegido mulheres e homossexuais como primeiros lugares no ranking de vítimas da violência.

Nesse sentido, objetivamos a partir de um percurso que envolve de forma coextensiva escola, mídia e sociedade, questionar meandros de requintes de violência, que tem se utilizado da perspectiva que segue Louro (2001) quanto a ignorância, não como neutralidade, não como ausência de conhecimento, mas um *efeito* de conhecer que nega o que está para além dele, que toma *partido* em discursos de caixinha sobre normal/anormal, certo/errado, e produz verdadeira maquinaria da morte pelo país, em estatísticas estarrecedoras. O jornal o Globo divulgou que a cada dois dias se denuncia uma morte por homofobia no Brasil², enquanto a Folha de São Paulo divulga que ocorrem 12 assassinatos de mulheres, e 135 estupros por dia no país³, envolvendo um verdadeiro estado de terror para homens e mulheres em estado de vulnerabilidade.

Diante disso, a partir de dois casos que ganharam veiculação em mídias sociais, a primeira parte desse texto busca mostrar na carne crua, como a ignorância que é parte integrante do machismo e da homofobia à brasileira, matam. E em um segundo momento dessa discussão, como a omissão e silenciamento de instituições públicas pela negação ou omissão de políticas e debates que passam pela escola, terminam sendo cúmplices indiretos disso, sem culpar nenhum profissional que não foi capacitado e instruído para refletir sobre teorias de gênero ou sexualidades, mas apontando a ausência de políticas nesse sentido, como propagadoras de educadores indiferentes e muitas vezes preconceituosos com o que difere dos seus padrões particulares – construídos pelas coletividades que interage – quando trata de códigos, gestos e performances que se diferem da heteronormatividade, e da mulher que é qualquer coisa, menos *do lar*, no sentido favorito do termo.

2 Choram meninos e meninas, por múltiplas formas de violência

Era nove de fevereiro de 2017, aqui no Brasil, redes sociais como Facebook e WhatsApp estavam tomadas por uma manchete que noticiava o assassinato cometido por uma menina de 14 anos. Ela matou o próprio pai com um tiro de espingarda e diz não se arrepende, pois não aguentava mais ser estuprada constantemente por ele, como já vinha

² Ver: <https://oglobo.globo.com/sociedade/a-cada-dois-dias-uma-morte-por-homofobia-denunciada-no-brasil-22833338>.

³ Buscar em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1931609-brasil-registrou-135-estupros-e-12-assassinatos-de-mulheres-por-dia-em-2016.shtml>.

ocorrendo há dois anos. Versão que foi confirmada pelo exame de conjunção carnal e divulgada pela polícia⁴.

Vamos cortar por ora essa cena de vida crua, naquilo de mais agressivo e aparentemente não-natural (cultural) que essa relação pai e filha possa soar em um primeiro momento, para pensarmos o contexto no qual o Brasil aparece como um cenário de fortes matrizes religiosas, que vem consolidando um tecido legal vasto, ainda jovem em relação à criança e ao adolescente, mas crescente, nos permitindo questionar: que infância e adolescência acreditamos representar nessas esferas, e para além dessas? E nesse sentido, vamos elencando novas cenas dessas categorias que só tem sentido no plural e em aberto.

Um mês depois desse crime, um jovem de 17 anos foi esfaqueado várias vezes e teve seu corpo queimado pela própria mãe, chegou a publicar em rede social, um dia antes do crime, ameaças violentas recebidas da parte dela e de pessoas recomendadas por ela, que não aceitavam os trejeitos, gestos, comportamentos e códigos de conduta do menino que se afirmava gay. A manchete do Estadão anunciava: “corpo queimado em canavial é de rapaz morto pela mãe por ser gay”, e acresce em matéria de José Maria Tomazela, de 14 de julho de 2017: “As circunstâncias do assassinato chocaram a cidade de 34.000 habitantes [...] de acordo com a investigação, os dois rapazes espancaram e tentaram enforcar Itaberlly, mas como ele resistia, a própria mãe o esfaqueou no pescoço [...], levaram o corpo até o canavial e tacaram fogo”⁵.

Vamos cortar novamente essa cena, na busca de uma relação com o contexto reacionário que vivemos. Diante da visibilidade de grupos LGBTs, de políticas inclusivas e de direitos adquiridos para o público gay, tem se gerado em muitas partes do Brasil uma queda de braços violenta, inclusive dentro do próprio legislativo brasileiro, especialmente no que se denomina “bancada evangélica”. Infelizmente, nesses casos, na carne crua desenhou-se múltiplas violências simbólicas e físicas, que reforçam esse tipo de crime bárbaro. Ainda não há lei capaz de estancar isso, se a ferida social permanece presa a concepções que não dialogam com o respeito a diversidade de gênero.

Sendo assim, partindo desses dois casos, aparentemente desconexos, nos propomos a refletir três aspectos que podem ser localizados historicamente, o primeiro deles em relação ao preconceito de gênero que diz como meninas e meninos devem viver seus corpos e

⁴ Essa notícia também circulou em mídias online como o site O Globo, Correio Braziliense e uma série de blogs de notícias. A última vez que visualizei esses sites foi dia 23-02-2017. Entretanto, para esse texto, daremos evidência a circularidade dessas notícias nas redes sociais, independente do site compartilhado.

⁵ Para acesso a matéria completa ver: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,corpo-queimado-em-canavial-e-de-razap-morto-pela-mae-por-ser-gay,70001890284>.

desejos, somado a cultura do estupro e ao machismo que atravessa – não apenas – a história do Brasil; o segundo se relaciona ao descompasso entre a construção das leis e suas engrenagens no seio social; o terceiro vai se aproximar do que o sociólogo polonês Sigmund Baumam denominou de “vidas desperdiçadas”, no livro que leva esse nome, e faz um sobrevoo nas relações atuais de descarte, de fragilização das relações humanas, tornando determinados sujeitos sociais refugos, objetos descartáveis, lixo de uma sociedade que consome e desfaz-se na mesma velocidade, de coisas e pessoas. Nesses casos, da *filha dele* e do *filho dela*.

Tomando um ponto que atravessa essas questões, discutiremos as identidades que são construídas para o público infanto-juvenil, o tecido legal que tangencia o “ser” ou “não-ser” dessas gerações, e a vida crua que muitas vezes age na contramão do que afirma-se legal, correto, e legitimador de “dadas” imagens de *papel*, em uma sociedade cada vez mais voltada a *luz, câmara e ação*. Estamos expostos, cada vez mais, nem sempre, percebidos.

Nesse sentido, vamos costurando imagens – não só – do Brasil, dialogando com diferentes cenários e sujeitos, em uma tentativa – talvez insana – de pensar como, de que forma e a partir de que interesses nos relacionamos com as políticas públicas e as artes de viver dos jovens e das redes que dão sentido a partir das relações com os espaços que habitam.

2 Na pele da filha que matou o próprio pai, e do filho morto pela própria mãe

Voltemos à cena que abre esse texto, o estupro contínuo do pai para com a filha de 14 anos, o assassinato do pai pela filha e alguns comentários que circularam em redes sociais *sobre*. Diferentes formas de indignação e revoltas cercaram essa notícia, mas uma nos chama atenção naquilo que coloca o lugar da adolescente não de vítima, mas de *sedutora, maquinaria do mal*, aquela que *vivia provocando com shortinho curto e ainda mata ele*. O que nos lembra uma colocação de Gilles Lipovetsky (ANO, p. 15), na qual diz que “as identidades sexuais mais se recompõem do que se desfazem, a economia da alteridade masculino/feminino não é de modo algum arruinado pela marcha da igualdade”.

Ou seja, juridicamente a assistência que cabe a menina borra a fronteira do sexo, fala e age em nome da adolescente, chega a entender seu lugar de legítima defesa, chega a dar assistência psicológica para superar o trauma sofrido. Entretanto, socialmente o sexo é apontado para além da geração, e esse apontamento, em algumas falas, inclusive acima mencionadas, a condição da menina-mulher não é de vítima. Logo, temos dois espaços em

descompasso, o legal e o social, suas correlações e seus afastamentos. “Acusam-na de as insultar, de degradar sua imagem, de incitar aos estupros e as violências (LIPOVETSKY, 1997, p.41)”, defendem-na nomeando-a como “vulnerável” que deve ser atendida, acompanhada pelo estado e aqueles que a cercam. Nesse sentido, o descompasso é evidente e as relações sociais são legitimadas ou não, ora pelas leis que as assistem, ora pelo que dar-se a vista, na forma com que veste, comporta, agi e vive. A olho nu.

Essa crueza relacional, reaparece nas justificativas dadas ao assassinato a facadas cometido pela mãe contra o filho homossexual. Tangenciando, como no caso da jovem de 14 anos, com os limites de vários tecidos legais e a visibilidade cruel do ódio que tomam as redes sociais. “Eu também mataria se fosse meu filho”, “essa mãe deve ter sofrido muito até chegar a esse ponto”. São falas e lances de olhares pedagogizados a entender o masculino no singular, em todos os momentos da vida. O *ser* homem e o poder simbólico de dominação masculina (BOURDIEU, 2003) aqui foi duplamente traída, na não aceitação desse lugar de homem cobrado ao adolescente, que reaparece de forma crescente na pretensa espera dele um dia ser esposo, pai e dono de casa. Assim como, ocupando traços e trejeitos que são “dados” ao feminino. Olhares que se reacenderam bruscamente, policiando de forma violenta e inibidora, outras masculinidades.

Em meio a esse novelo em que não se encontra a ponta, as chamadas “minorias” protagonizam identidades negativas, marcadas pelas distinções de gênero e sexualidades, em uma demonstração de imagens infanto-juvenis distantes das romantizadas e felizes. Levando em consideração que são cenas – e não lendas – urbanas. Pensemos como Foucault (2014) sobre a “coragem da verdade”, quando na aula de 8 de fevereiro de 1984 referiu-se aos “quatro princípios do pensamento político grego”, e as questões que podem ser utilizadas para pensar a urbes.

Nesse sentido, a cidade grega começa a ser pensada no quantitativo, na distinção entre a multidão e alguns. “Segundo, essa oposição, essa escansão entre os mais numerosos e os outros, coincide com a oposição entre os melhores e os piores. A divisão quantitativa entre os mais numerosos e os outros tem o mesmo traçado da delimitação ética entre os bons e os maus (FOCAULT, p, 40)”. E prossegue que logo aparece a distinção política entre bom, ruim e mal. Concluindo que a verdade e o bem para todos não parte do todo, pode e deve ser dita por poucos, pensando o contexto democrático ateniense que pretendia dar o direito de fala e dizer a verdade a todos.

Logo, a cidade paradoxal dos antigos, sob novas formas aparece com tensão e intrigas para nós, entre governantes e governáveis, entre pares, traz ética e verdades que falam pelo

outro, que demonstram que não se relacionam com a democracia, que não é o que todos vivem e pensam que predomina na cidade. Que “alguns” enxergam o caos no pensamento da “multidão”. Talvez por isso – também – essa concepção dos eleitos, no sentido de escolhidos para falar como devemos conduzir nossa relação consigo mesmo e o outro, gere violências irreversíveis para certas escolhas individuais. Questões que estão nas formações discursivas que nos precedem e estão para além de nós mesmos.

Será que o caso do adolescente homossexual e da adolescente estuprada, que com suas formas corpóreas extrapolaram o que “alguns” ainda convenciam chamar de normal, é uma forma de “solução final”? Nesse caso, de que *estão* parte, da “multidão”, das “minorias” ou dos “ninguéns”? Estraçalhando o caráter escorregadios dos conceitos, esses podem estar em qualquer e nenhum lugar desses, dependendo da condição de vida que levam, da pobreza relacional ou material que vivem, e dos lugares que socialmente, muitas vezes de forma vexaminosa lhes são impostos.

3 Chamando a escola que cala

A partir desses estudos de casos, citados por meio de pesquisas em jornais virtuais e redes sociais de grande veiculação, há uma tentativa preocupada de trabalhar com a análise do discurso (FOUCAULT, 2012), buscando refletir sobre como se constroem diariamente formas de dizer o “outro” como “erro”, em justificativas violentas, por vezes também bizarras, de afirmar quem merece ou não estar em um determinado lugar, assim como quem merece ou não viver determinadas experiências, ou morrer por querer vivê-las, usando de motivos discriminatórios e cruéis. Nesse sentido, esse texto busca chamar a escola que cala a falar sobre a importância de pôr como problema, como questão, temas complexos que envolvem diferentes configurações sociais de gênero, classe, etnia, raça e sexualidades, como aquilo que perpassa, vai além de paredes conteudistas, de currículos fechados, mas é presença nos mesmos em forma de currículos ocultos (SILVA, 2010).

Dito isso, o desejo é de que seja visualizado em ressonância que o espaço da sala de aula, a partir dos sujeitos que as dão sentido, devem explorar imagens para além da epiderme, dialogando com os corpos sociais que interagem diariamente por horas, somando tempos de convivência que muitas vezes não são compartilhados com frequência com a própria família ou pessoas próximas na convivência fora da escola. Ou seja, como relacionar ensinosa-aprendizagens entre sujeitos estranhos a si, professores(as), alunos(as) que não se veem, não

se conhecem, não falam fora do que os livros-bulas prescrevem? É preciso ousar-se, fazer bricolagem com as normas, até para poder segui-las de forma plena.

Penso que só é possível ser ouvido e gerar discussões produtivas em um ambiente que é sentido e partilhado entre sujeitos que conseguem se sentir a vontade, percebem que aquela sala de aula é um bom lugar para se sentir em casa, entre conhecidos, que reconhecem as possibilidades de limites e potencialidades e se respeitam por isso e a pesar disso. As vezes temo parecer falar de algo que não seja realizável, mas ao mesmo tempo, percebo que muito do que nos falta não apenas no cenário da escola é esse deslocamento para o lugar do “outro”, numa relação saudável de alteridade, que não pensa e produz o aluno ou a aluna como “soldados de chumbo” enfileirados, mas sujeitos de medos, desejos, angústias e saberes múltiplos, que quando vistos como “gente”, podem ampliar as potencialidades, ao invés de reforçar os limites.

Por isso, a responsabilidade das instâncias educacionais que estão na escola, que agem sobre a escola, pode usar da articulação entre elas para viver uma nova forma de ser escola, com respeito as diferenças, com flexibilidade curricular real, que convide o discente a sentir-se parte dos saberes sistemáticos a partir das suas pedagogias de vida. Freire (1997) já pensava a “pedagogia da autonomia” como possibilidade de outros tratos educacionais que ensine a prática da liberdade, pois a educação significativa liberdade, produz som e imagens que agem como válvula propulsora. É preciso se reinventar enquanto escola, lançar mãos de relações de pertencimento e valorização de si e do lugar que dar sentido as relações escolares, para que aja engajamento, algo melhor amanhã.

Infelizmente, estamos hoje, na marcha ré dessas iniciativas. Tivemos um conjunto de articulações educacionais que dialogaram com políticas de gênero e respeito as diversidades nas escolas, a partir de documentação produzida, mas pouco vivida na escola. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff foram incentivadas comissões e iniciativas de trabalhos coletivos que versassem sobre “gênero e diversidade na escola” (2009), tínhamos articulações de ministérios como da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial, e o próprio Ministério da Educação assinando pesquisas que articulavam a importância de discutir gênero, sexualidades e racismo nas escolas brasileiras, hoje combatido inclusive sob o véu da desinformação, gerando uso distorcido das propostas e ataques a iniciativas que entendem a importância do debate.

Por mais que estejamos vivendo essa onda de retrocessos e ataques as discussões acima mencionadas, é necessário ir em defesa das escolas quando mesmo diante da produção

de documentos e aberturas “de cima para baixo”, as capacitações que chegam para realizar de fato formação de professores são escassas, e isso tem provocado pouco efeito. A exemplo da uma escola pública municipal de Ensino Fundamental da cidade de Cubati-PB, Padre Simão Fileto, espaço micro do qual parti na dissertação de Mestrado que defendi em 2014 trazendo por tema gênero e sexualidades no cenário escolar. Ouvi muitos silêncios, assisti omissões, percebi preconceitos de gênero e discriminações sexuais que foram surgindo diante das investigações, mas talvez mais que isso, vi, ouvi e vivi muitas dúvidas pela ausência de formação que desse traquejo e novas formas de conhecer essas temáticas tão abrangentes, complexas e necessárias.

Temas como gênero e sexualidades a partir do viés da desconstrução é algo muito novo e até estranho para boa parte dos profissionais da educação, por isso a necessidade de apresentar de forma séria literaturas e promover discussões produtivas e respeitadas. Na ausência dessa iniciativa, temos professores e professores, assim como gestores, reproduzindo estereótipos e repetindo a ilusória ideia de ideologia de gênero, conjunto de informações distorcidas e intencionais que precisam ser não apenas denunciadas, mas desnudadas, de “baixo para cima”, envolvendo revoluções diárias e os corpos que transitam e contam a escola, para problematizarmos nessas diferenças a potencialidade da vida, agindo por meio do respeito pelo conhecimento.

Para tanto concordamos com Sílvio Galo (2002) em artigo intitulado “em torno de uma educação menor”, pois “hoje, mais importante que anunciar o futuro, parece ser produzir cotidianamente o presente, para possibilitar o futuro (p. 170)”. E essa produção pode ser sensível e aberta, a partir de professores militantes, que se preocupam, veem, sentem e ouvem seus alunos, a saber, “o professor seria aquele que procura viver a miséria do mundo, e procura viver a miséria dos seus alunos, seja ela qual miséria for, porque necessariamente miséria não é apenas uma miséria econômica, temos miséria social, temos miséria cultural, temos miséria ética (p. 171)”. Para tanto, esse professor militante, constrói o cotidiano sob ações sub-reptícias, burlas que permitam ressignificar por pequenos gestos conjuntos, micro-revoluções que possam provocar novos efeitos de verdade.

Talvez, professores militantes que vão além das “prescrições” fechadas que chegam na escola e cobram uma forma de ser escola, pudessem ter ouvido *a filha dele e o filho dela*, estudantes que frequentavam a escola e tinham seus corpos marcados por múltiplas violências. Ela talvez pudesse ter conseguido falar sobre o que vinha passando, evitando sucessivos estupros e a consumação pelo ódio que levou a atirar no pai. Ele talvez tivesse conseguido falar com alguém que tivesse como orientar e tentar um diálogo com a mãe, e ela

não estivesse presa pelo ódio da discriminação e ele morto como mais uma vítima da homofobia. Ou seja, a escola pode ser uma ponte com a comunidade visando a plenitude dos discentes, ao reconhecer que não se ensina conteúdo sistemático a discentes que pelo sofrimento passam pela escola, com a mente preocupada e cheia de sofrimento e ressentimento pelo que está esperando a eles fora dela.

Considerações finais

Foucault (2014) em a coragem da verdade faz uma análise da *verdade autorizada* em dadas circunstâncias, que muda em tempos e contextos. E não torna fácil a verdade que contradiz normatizações e naturalização de determinados momentos. Por isso, escrever esse texto não é fácil, por entender a resistência que ele terá dependendo de quem lê, em que local, e com que intuito. Entretanto, sinto que provocar a escola a fala, na medida que escrevo enquanto professora da rede pública e pesquisadora da área de gênero e sexualidades, já vale por si. Sendo assim, a intenção é provocar, demonstrar os constructos culturais que se disfarçam na naturalização de estigmas, rótulos e estereótipos no dizer o “outro”.

Logo, ao contar histórias de *vidas roubadas* no decorrer dessa narrativa, procurei provocar deslocamentos, questionar efeitos de verdade normativa que desrespeita o direito de ser e viver a diferença de forma plena. Sendo assim, esse texto é o desejo de falar do que não se fala, de traduzir a historicidade presente nas mortes assinadas que vem sendo mencionadas, nos sentidos culturais que legitimam para alguns a natureza dessas violências. No mais, esse texto pretendeu ser apenas um diálogo de talvez, talvez ao ler com outros olhos, mais *vidas* não sejam *roubadas*.

Referências

FOUCAULT, M. A Coragem da Verdade: O Governo de Si e dos Outros II. Martins Fontes, São Paulo, 2014.

_____. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREIRE, P. (1997). Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. A terceira mulher: permanência e revolução do feminino. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. “Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação”. In: Estudos Culturais, 2001, pp. 541-553.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às Teorias de Currículo. 3ª Edição. Editora Autêntica. 2010.